

# A PRAGA DO INFINITO E A RESSURREIÇÃO DO LUGAR

HOLANDA, Frederico Rosa Borges de (1)

(1) Arquiteto, PhD, Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (e-mail: [fredhol@unb.br](mailto:fredhol@unb.br))

## Resumo

Na academia e na prática profissional há hoje ausência de consenso ante as questões de desenho da cidade, em contraste com a clara hegemonia do Movimento Moderno algumas décadas atrás. Controvérsias sobre modelos de ensino e de avaliação de projetos ilustram a situação nas escolas de arquitetura. Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília os entrosamentos são particularmente apaixonados, talvez dada a localização na nossa emblemática Capital. O texto relata experiência de ensino de projeto de urbanismo e como o método favorece uma visão crítica sobre a forma da cidade, para além do conhecimento “prático e implícito” mais típico do “mestre de ofício” do que do “profissional reflexivo” que não toma como dadas as ideologias do momento, mas procura desvelar sua lógica social. O método implica a compreensão da forma da cidade como variável independente que afeta nossa vida de inúmeras maneiras. Explora atributos de desenho relacionados aos nossos modos de agir, pensar e sentir e recoloca a questão do “determinismo arquitetônico”: se a arquitetura não conseguiu realizar os sonhos demiúrgicos do Movimento Moderno nem por isso ela é um cenário neutro onde tudo pode ocorrer, onde podemos agir, pensar e sentir dependendo exclusivamente de nossa vontade. A academia resiste a qualquer método que favoreça explicitar as implicações do nosso traço: se dele não brota uma nova sociedade nos termos pensados por nossos queridos mestres modernos, brota sim uma realidade que implica uma vida melhor ou pior – desvelar as razões para tanto é o desafio da pesquisa.

## Abstract

*In both academy and professional practice there is today a lack of consensus concerning the issues of urban design, in contrast with the clear hegemony of the Modern Movement some decades ago. Controversies over models of teaching and project evaluation illustrate the situation in the schools of architecture. At the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília discussions are particularly passionate, perhaps due to the situation of our school in the emblematic Capital. The paper discusses an experience of teaching urban design and how the method favors a critical stance about the form of the city, beyond “practical and implicit” knowledge more typical of the “craftsmanship master” than of the “reflexive professional”, the latter being one who does not take for granted ideologies of the moment but one who attempts to reveal their social logic. The method implies the understanding of city form as an independent variable that affects our life in various ways. It explores attributes of design that are related to our ways of acting, thinking and feeling and expresses the issue of “architectural determinism” in new ways: if architecture was not able to realize the demiurgic dreams of the Modern Movement it is not nevertheless a neutral background wherein anything may occur, wherein we may act, think or feel depending exclusively on our will. The academy resists any method that favors explicating the implications of our design: if from design there does not spring a new society in the terms thought of by our dear modern masters, it does spring a reality that implies a better or worse life – to unveil the reasons for this is the challenge of research.*

## Introdução

O texto discute o campo do desenho urbano e seu ensino<sup>1</sup>. Não tem primordialmente um caráter histórico mas reporta-se às últimas 4 décadas. Razões para isto são 1) a experiência profissional e pedagógica do autor e 2) a mudança paradigmática que se realiza na área no período. Dos anos 1960 até hoje transformações no campo pedagógico e profissional vão da quase absoluta hegemonia do Movimento Moderno até a nebulosa situação contemporânea caracterizada, também na arquitetura, como parte do quadro de falência das utopias e dos grandes “modelos totais” de compreensão e desenho da cidade.

Contudo, se o paradigma moderno não é mais hegemônico em sua totalidade, ele tem propriedades que lembram a clássica formulação de Lampedusa (livre resgate da memória): “é preciso mudar para que tudo continue no mesmo”. De Corbu a Bofill, passando pelos Krier, Alexander ou Koolhaas, sim, algo mudou. Mas terá sido a essência do fenômeno?

<sup>1</sup> Gratidão à Profa. Gabriela Tenório por contribuições a versão preliminar do texto. Gratidão também aos estudantes da disciplina *Projeto de Urbanismo 2* (1/2005), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, que tão entusiasmadamente estão respondendo aos difíceis desafios colocados pelos professores.

Por outro lado, lemos *ad nauseum* que Lucio Costa inspirou-se no reverenciado mestre Le Corbusier – e na *Carta de Atenas* – para fazer sua Brasília “funcionalista”. Mas o parentesco entre a capital brasileira e Chandigarh será tão grande assim? Se são ambas “funcionalistas”, a expressão diz tudo sobre elas, ou pelo menos o que há de essencial nas duas cidades?

A resposta é *não* em ambos os casos e embasa-se em *postulados teóricos*, um *método* de análise urbana e de projeto de urbanismo e *técnicas* de apoio que constituem o corpo de disciplinas de teoria urbanística e de projeto de urbanismo sob nossa responsabilidade na FAU-UnB<sup>2</sup>. O texto examinará em pormenor o método. Adiante-se brevemente que ele trata a arquitetura como 1) *variável independente* a impactar o meio ambiente e nossas vidas e 2) *realidade multi-dimensional* cuja natureza somente um procedimento analítico que disseque suas várias características pode identificar as diversas (e eventualmente contraditórias) maneiras pelas quais ela afeta a vida das pessoas e o meio ambiente natural.

O método parece contribuir para a teoria e a prática urbanística ao contradizer duas linhas de reflexão: 1) a teoria e a história da arquitetura repousam sobremaneira nos *aspectos expressivos* (a opção, legítima enquanto procedimento analítico, nem sempre é explicitada pelos autores, que oferecem a parte pelo todo); 2) a teoria da arquitetura sofre de perverso paradoxo: no âmbito das escolas de arquitetura, onde a arquitetura devia estar na boca de cena da reflexão (leia-se: com sua *legítima autonomia*), ela é tratada como *epifenômeno*, algo que resulta de outra coisa, *variável dependente* de diversos aspectos da vida social – economia, política, assimetrias de classe etc. Um corolário destas vertentes teóricas é a ênfase na *intenção* do arquiteto da qual a arquitetura *depende, resulta*. Entretanto, a equação *intenção=arquitetura realizada* pode ser verdadeira ou falsa. O que *não deve* acontecer é a teoria ficar presa ao âmbito de um *discurso* e tomá-lo pela realidade. A realidade pronta e acabada, como a pesquisa o tem demonstrado, freqüentemente nega o discurso fundador.

Certo, incorporadores imobiliários destroem a cidade verticalizando-a para auferir maiores lucros; certo também, a pobreza extrema resulta num *habitat* insalubre responsável por minguadas expectativas de vida dos habitantes: são truísmos a dispensar pesquisa para sua comprovação. Em ambos os casos a arquitetura resulta, sim, de determinações socioeconômicas. Sem desprezar todavia a eventual contribuição da pesquisa para o esclarecimento dessas determinações, urge *inverter a ênfase*: nosso traço tem conseqüências: é sobre elas que devemos concentrar o esforço de investigação.

Considerar a arquitetura como realidade multi-dimensional implica desdobramentos *na pesquisa*, quanto aos vários tipos de conseqüências da obra construída, e *no ensino*, quanto à grade curricular que deve facultar ao aluno aprofundar o conhecimento dessas conseqüências. O texto relata experiência em andamento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

### Brevíssimo retrospecto da área

Não seria possível, no espaço deste texto, realizar uma retrospectiva do campo do desenho urbano dos últimos 45 anos. Todavia, um brevíssimo retrospecto ajuda-nos a entender onde estamos hoje e porquê. As referências que se seguem são muito seletivas, não apenas pelo espaço disponível nesta comunicação: registram o que marcou nossa formação e implicam um “filtro” informado por uma postura teórica que será melhor explicitada na próxima seção.

Os anos 1960 são coincidentemente os anos da graduação do autor e o momento em que se iniciam grandes mudanças, teóricas e práticas, no campo da arquitetura<sup>3</sup>. O Movimento Moderno ainda era total consenso nas escolas de arquitetura. No início da década Le Corbusier ainda vivia; fomos formados sob o impacto de Brasília. Entretanto, alguns títulos dos anos 1960, que vão marcar profundamente nossa área subseqüentemente, eram totalmente ignorados na faculdade: em 1960 Kevin Lynch publica *A imagem da cidade* (primeira edição brasileira em 1997); em 1961 sai *Morte e vida das grandes cidades americanas*, de Jane Jacobs (primeira edição brasileira em 2000); Gordon Cullen publica em 1961 *Townscape* (primeira edição em língua portuguesa em

<sup>2</sup> Trata-se do grupo de pesquisa *Dimensões morfológicas do processo de urbanização*, registrado no *Diretório de grupos de pesquisa no Brasil* (CNPq), sob coordenação do autor.

<sup>3</sup> Vários autores caracterizam a década como momento de ruptura, e.g., HAYS, K. Michael (ed.). *Architecture Theory since 1968*. Cambridge: The MIT Press, 2000.

1996). Se quisermos ir mais longe, vale lembrar Camillo Sitte – *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, 1889 – primeira edição brasileira em 1992. A defasagem de pelo menos 30 anos entre as edições originais e as traduções para o português falam por si sós. Importante coincidência: os autores têm em comum o fato de serem críticos mais ou menos explícitos do Movimento Moderno, particularmente no campo do desenho urbano. O caso de Sitte é eloqüente: ele viu, ainda no *novecento*, os enormes danos que a nova maneira de projetar estava causando ao espaço das cidades. (Não é comum a teoria e a história da arquitetura localizarem tão atrás as origens do Movimento Moderno. O rigor exige todavia que recuemos pelo menos até o *Panopticom* de Bentham, ainda no século XVIII, para identificar as raízes da nova arquitetura.<sup>4</sup>) Nas escolas e na profissão essa postura crítica ainda não se esboçava.

Nos anos 1970 surgem os primeiros indícios do rompimento do consenso. No Brasil, em 1971, como parte das comemorações pelos 50 anos do IAB, Carlos Nelson Ferreira dos Santos realiza, no MAM do Rio de Janeiro, palestra que escandaliza a corporação: *há cultura legítima na arquitetura da favela*<sup>5</sup>. Salvo lapso cronológico, pela primeira vez no Brasil se questionou publicamente, e *de dentro da profissão*, a política de *terra arrasada* do urbanismo moderno, e com a força, a lucidez, a elegância e a beleza da argumentação de que somente Carlos Nelson era capaz. De 1972 data o fato (ou anti-fato) arquitetônico que para muitos constitui decisivo marco: a implosão do conjunto habitacional moderno de *Pruitt Igoe*, nos EEUU, premiado projeto de Minoru Yamasaki, condenado após anos de frustradas tentativas de recuperação. Reforça-se a sensação de que “algo de podre” havia com a nossa maneira de projetar o espaço urbano. Como em toda crise, as respostas são díspares. Por um lado, Oscar Newman publica *Defensible space* (1972)<sup>6</sup>, onde faz a crítica dos conjuntos habitacionais modernos mas desemboca em defesa apaixonada de algo como os condomínios fechados; por outro lado, e tomando o livro de Newman como pretexto, Bill Hillier (*Em defesa do espaço*, 1973)<sup>7</sup> caracteriza o “espaço defensivo”<sup>8</sup> como “outra dose do veneno numa embalagem redesenhada”, texto em que faz severa crítica ao Movimento Moderno, particularmente ao Le Corbusier de *Por uma arquitetura*<sup>9</sup> em suas diatribes contra o espaço da rua e os cafés de Paris, para ele “o fungo que rói as calçadas”, trecho pouco lembrado.<sup>10</sup>

Entretanto, o impacto na profissão e nas escolas ainda é pequeno. Há grande resistência para fazer da arquitetura legítimo âmbito de reflexão: o paradigma ainda a predominar é o de um *campo de prática* que deve *aplicar* o conhecimento produzido pelas ciências consolidadas, exatas ou humanas, mas não ela própria, a arquitetura, produzir o *seu conhecimento*. Daí importarem-se sem mais trabalho esquemas descritivos e explicativos dessas ciências, que pouco ou nada poderiam contribuir para melhor projetar edifícios e cidades, pois não tinham isso como objetivo. O diagrama da *Fig. 01* o ilustra: o movimento, de um *conhecimento prático e implícito do mestre de ofícios* (quadro 1) pula direto para o conhecimento a-espacial das ciências sociais (quadro 3), passando por cima do que mais interessava: produzir um *conhecimento morfológico e reflexivo* que, sim, permitisse o melhor projetar (quadro 2). A desorientação motiva trabalhos de conclusão de curso com qualquer objetivo... menos a arquitetura: *happenings*, instalações que às vezes lembravam despachos de macumba (sem nenhum demérito da dita), grossos relatórios em suposto sociologuês, economês, antropologuês (não eram mesmo nada disso), são aceitos como ápice da formação de arquitetos. Paradoxalmente, projetar edifícios e cidades numa escola de arquitetura era postura “reacionária” (mas renitentes “reacionários” carregavam a bandeira).

<sup>4</sup> Os paradigmas teóricos e históricos em arquitetura impedem esse recuo, que poderia ser ainda muito maior, como sugerido em HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

<sup>5</sup> As palavras são de livre resgate da memória mas expressam o espírito da exposição. O autor teve o privilégio de ser testemunha ocular desta história.

<sup>6</sup> NEWMAN, Oscar. *Defensible space*. New York: Architectural Press, 1973.

<sup>7</sup> HILLIER, Bill. "In defense of space". *RIBA J*, nov 1973, pp 539-44.

<sup>8</sup> Que por sinal era também advogado pelo Christopher Alexander de *Arquitetura e comunidade* (ALEXANDER, Christopher. *Comunidade y privacidad*. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1970).

<sup>9</sup> LE CORBUSIER. *Por uma Arquitetura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

<sup>10</sup> Surgem nos anos 1970 outros textos seminiais que testemunham a crise paradigmática: na Inglaterra, textos re-fundadores da arquitetura como disciplina produzidos por Bill Hillier e colegas da Universidade de Londres (ver resenha detalhada em HOLANDA, 2002, *op. cit.*); na França, CASTEX, J et al. *Formes urbaines: de l'ilôt à la barre*. Paris: Dunod, 1977; nos EEUU, ANDERSON, S (ed). *On Streets*. Cambridge: MIT Press, 1978.

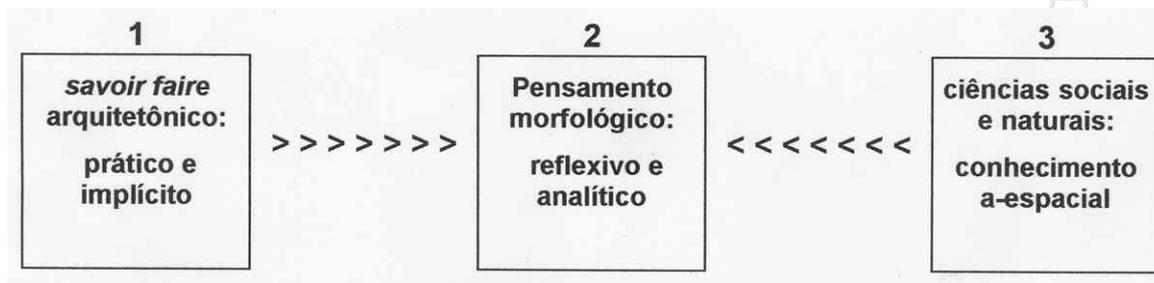


Fig. 1 – Modos de conhecimento

Somente nos anos 1980 ficará mais clara a consolidação da revalorização disciplinar. São indícios importantes a organização de grupos de professores/pesquisadores no campo do desenho urbano em várias universidades brasileiras, a realização dos *Seminários sobre Desenho Urbano no Brasil* (1984, 1986, 1988, 1991, na Universidade de Brasília), os *Seminários de História da Cidade e do Urbanismo* (o primeiro realizado em 1990, na Universidade Federal da Bahia, com novas edições bienais desde então), a *área temática forma urbana*, nos *Encontros Nacionais da ANPUR* etc. A arquitetura como disciplina havia novamente levantado a cabeça. Para retomarmos o diagrama da Fig. 01, agora dois movimentos se verificam, em sentidos opostos: do quadro 1 para o 2 e do quadro 3 para o 2. Arquitetos acostumados a empregar o conhecimento prático e implícito, ao migrarem para o campo 2 questionam reflexivamente sua prática; cientistas sociais advindos de áreas a-espaciais transmutam-se em morfólogos e apaixonam-se pelo campo reflexivo da arquitetura ao qual contribuem ricamente<sup>11</sup>. Nos anos 1990 consolida-se o novo paradigma; o velho entretanto não morreu. Veremos isto.

### Arquitetura como *variável independente*

Não reivindicamos total originalidade no método proposto. Nossa contribuição é a: 1) sistematização de um marco teórico abrangente onde se explicitam *todas as maneiras* pelas quais o meio ambiente e nossas vidas são afetadas pela arquitetura; 2) investigação de algumas dessas maneiras em profundidade, de acordo com o perfil, o interesse e a amplitude dos membros do grupo de pesquisa referido, no tempo<sup>12</sup>; 3) identificação e organização da literatura em que, seguindo ou não nossa terminologia, os aspectos são abordados; 4) sistematização das famílias de atributos da arquitetura incidentes nas maneiras pelas quais ela impacta o meio ambiente e as pessoas.

Os impactos da arquitetura como variável independente podem ser resumidos assim<sup>13</sup>:

- **na natureza:** questões relacionadas ao meio ambiente natural: impactos na terra, nos corpos d'água e no ar, no consumo energético, na disponibilidade de materiais (reciclagem) etc<sup>14</sup>.
- **nas pessoas:** enquanto indivíduos ou grupos: classes sociais, faixas etárias, gêneros, etnias, portadores de necessidades especiais etc.
  - a *pesquisa* visa desenvolver o entendimento das *maneiras* pelas quais as pessoas são afetadas
  - o *ensino* deve se organizar, no campo da teoria, em função das maneiras de afetação e, no campo do projeto, na ênfase que é dada na avaliação por tipo de desempenho, por disciplina, ou por etapa de projeto na mesma disciplina

<sup>11</sup> Na história da reflexão sobre a arquitetura isso não é raro. Como exemplos influentes na nossa geração há Evaldo Coutinho (advogado), Richard Sennett (sociólogo) e Bill Hillier (bacharel em literatura inglesa).

<sup>12</sup> A pesquisa iniciou-se em 1984, com apoio da FINEP. Dela participaram, em diferentes momentos, os professores Benamy Turkienicz, Frederico de Holanda, Gunter Kohlsdorf, Márcio Villas Boas, Maria Elaine Kohlsdorf, Mário Júlio Teixeira Krüger e Paulo Marcos Paiva de Oliveira, bem como inúmeros estagiários e pesquisadores juniores. A pesquisa tem recebido apoio também do CNPq, onde está cadastrada.

<sup>13</sup> Temos ajustado o modelo no tempo. Está formulado assim pela primeira vez.

<sup>14</sup> Na FAU-UnB colegas organizados em outros grupos de pesquisa desenvolvem uma linha de investigação denominada *ambiente e sustentabilidade*.

Segue uma definição sucinta das maneiras pelas quais as pessoas são afetadas sob forma de perguntas a serem respondidas em cada âmbito:

- **funcional:** as atividades correspondem à adequada “vocação” do lugar? o lugar cont m espaços adequados qualitativa e quantitativamente às atividades, incluída a circula o de veículos e pedestres? rela oes entre atividades são adequadas (complementaridade, compatibilidade, incompatibilidade)?
- **bio-climática:** as condi oes acústicas, lumínicas, higr -térmicas e de qualidade do ar respondem aos requisitos de conforto das pessoas?
- **econ mica:** custos de implanta o e de manuten o do lugar são adequados   situa o em pauta?
- **co-presencial:** sistemas de barreiras e permeabilidades ao movimento, e opacidades e transparências   visão, implicam condi oes desejáveis para a permanência e movimento de pedestres e veículos, e para a ciência do outro?
- **topoceptiva:** o lugar tem uma identidade clara? oriento-me bem nele?
- **afetiva:** que afetos estão presentes no lugar e que meios arquitet nicos são mobilizados para consegui-los? (por exemplo: solenidade, grandeza, frieza, formalidade, intimidade, informalidade, aconchego, simplicidade)
- **simbólica:** o lugar como um todo remete, ou cont m elementos que remetam, a algo externo a ele - um lugar maior (e.g. parte da cidade por seu todo), valores, idéias?
- **est tica:** o lugar   belo, isto  , apresenta no oes de conjunto e qualidades de simplicidade / complexidade, nivelamento / dominância, semelhança / diferença, que remetem às qualidades de clareza e originalidade, e por sua vez   pregnância?   uma obra de arte enquanto veicula uma visão de mundo?

Algumas das maneiras têm sido mais tradicionalmente pesquisadas nas escolas de arquitetura:   o caso dos aspectos bio-climáticos e est ticos<sup>15</sup>. Em outros casos nosso grupo tem oferecido contribui o original, a exemplo das disciplinas de *Sintaxe urbana* (aspectos de co-presença)<sup>16</sup> e *Confi gura o urbana* (aspectos topoceptivos)<sup>17</sup>, ambas do tronco teórico<sup>18</sup>. Para todos os aspectos textos de apoio didático são elaborados, que sintetizam as categorias analíticas a considerar em cada aspecto e indicam fontes bibliográficas complementares.

A arquitetura impacta o meio ambiente e as pessoas, segundo as maneiras acima, mediante famílias de atributos. Uma planilha, contendo ilustra oes exemplificativas,   colocada   disposi o dos alunos em que: 1) nas colunas estão as maneiras acima expostas; 2) nas linhas estão as famílias de atributos arquitet nicos, como se segue (a *Fig. 02* mostra a primeira página da planilha):

- **elementos do sítio físico:** relevo, vegeta o, sistemas hídricos<sup>19</sup>
- **vazios:** dimensões horizontais e verticais, absolutas e relativas, de ruas, avenidas, esplanadas, praças, largos, parques, outras áreas livres; rela oes entre vazios

<sup>15</sup> Na FAU-UnB, os aspectos bio-climáticos estão considerados nas disciplinas de *Estudos ambientais*, *Bioclimatismo*, *Conforto térmico ambiental*, *Conforto luminoso* e *Conforto sonoro*, do tronco de tecnologia, e os aspectos est ticos nas disciplinas teóricas de *Est tica e história da arte e Arquitetura e est tica* e na disciplina de projeto *Arquitetura: linguagem e expressão*. Os professores responsáveis podem variar a cada semestre e não pertencem necessariamente ao nosso grupo de pesquisa.

<sup>16</sup> De responsabilidade do autor.

<sup>17</sup> De responsabilidade da Profa. Maria Elaine Kohlsdorf.

<sup>18</sup> As principais referências bibliográficas produzidas no âmbito do grupo, sobre os dois aspectos são: HOLANDA, 2002, *op. cit.*; HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003; KOHLSDORF, Maria E. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

<sup>19</sup> Alguns colegas estranhar o a indica o de elementos do sítio físico como atributos arquitet nicos. Não   descuido,   posi o conceitual nossa pela qual se amplia o conceito de arquitetura ao ponto de abranger a paisagem natural (argumento desenvolvido em HOLANDA, 2002, *op. cit.*, cap. 1).

- **cheios:** dimensões, volumetria (simples ou complexa: elementos e relações, e.g. base, desenvolvimento, cobertura), superfícies (cores, materiais, texturas, decoração, relações vedações x aberturas, composição inter-partes)
- **relações vazios / cheios:** princípios ordenadores do conjunto, e.g. traçados reguladores; seqüências visuais e seus efeitos; tipos de interface: direta (portas para o espaço aberto) ou indiretas (recuos ou jardins frontais, alambrados, passarelas, túneis, espelhos d'água, fossos); percentual de vazios sobre o total; relações intervolumétricas: contigüidade, proximidade, distância; silhuetas
- **elementos complementares:** sinalização e elementos de propaganda (placas, letreiros, totens), pequenas construções (banca de revistas, abrigos de ônibus, coretos), mobiliário urbano (esculturas, bancos, lixeiras, telefones públicos, caixas de correios, postes, luminárias, cercas, hidrantes, fontes) elementos de engenharia urbana (viadutos, passarelas, pontes, piers), superfícies horizontais (calçadas, asfalto, areia, blocretes, água), vegetação (forrações, arbustiva, arbórea)
- **relações paisagem natural / paisagem construída**

ATRIBUTOS INCIDENTES NO DESEMPENHO VISUAL DOS LUGARES	DIMENSÕES			
	TOPOCEPTIVA: o lugar tem uma identidade clara? Oriente-me bem nele?	AFETIVA: qual a personalidade afetiva do lugar?	ESTÉTICA: o lugar é belo, isto é, apresenta noções de conjunto e qualidades de simplicidade / complexidade, nivelamento / dominância, semelhança / diferença, que remetem às qualidades de clareza e originalidade, e por sua vez à pregnância? É uma obra de arte enquanto veicula uma visão de mundo?	SIMBÓLICA: o lugar como um todo remete, ou contém elementos que remetam, a algo externo a ele - um lugar maior (e.g. parte da cidade por seu todo), valores, idéias?
<b>Elementos de sítio físico:</b> relevo, vegetação, sistemas hídricos	Atributos do sítio natural contribuem para a identidade? Machu Pichu: as montanhas e vales profundos:  Brasília: a concavidade da Bacia do Paranoá e a "calota" onde está o Plano Piloto; orientabilidade facilitada pelas distintas visuais oeste-leste e leste-oeste:	Que afeto os atributos naturais do lugar veiculam? Dramático: Rio:  Serenos: Praia de Fleixeiras: 		

Figura 2 – Planilha de atributos. Primeira página a título de experimentação

## O ensino do urbanismo – uma experiência

No corrente semestre (1/2005) o autor partilha com a Profa. Gariela Tenorio o ministério de uma disciplina de projeto de urbanismo. Reza o objetivo principal:

*Capacitar o aluno para o desenvolvimento de projeto urbano relativo a áreas centrais da cidade. Compreender o espaço urbano como variável independente que afeta a vida das pessoas de várias maneiras. Conhecer as principais vertentes contemporâneas de projeto urbano em âmbito internacional e confrontá-las com a experiência brasileira. Compreender a estrutura do espaço da capital brasileira e adequar o projeto às necessidades de melhoria do equilíbrio intra-urbano da cidade<sup>20</sup>.*

<sup>20</sup> O plano de curso na íntegra está em [www.unb.br/fau/disciplinas/pu2.html](http://www.unb.br/fau/disciplinas/pu2.html).

O projeto refere-se a uma área central do Plano Piloto de Brasília ainda desocupada 45 anos depois de inaugurada a cidade: o “Setor de Autarquias Norte” (Fig. 03). O projeto desenvolve-se em 5 etapas:

1. Avaliação crítica de uma área central de cidade
2. Risco preliminar do bairro
3. Ante-projeto do bairro – fase 1
4. Ante-projeto do bairro – fase 2
5. Desenvolvimento de uma fração urbana central

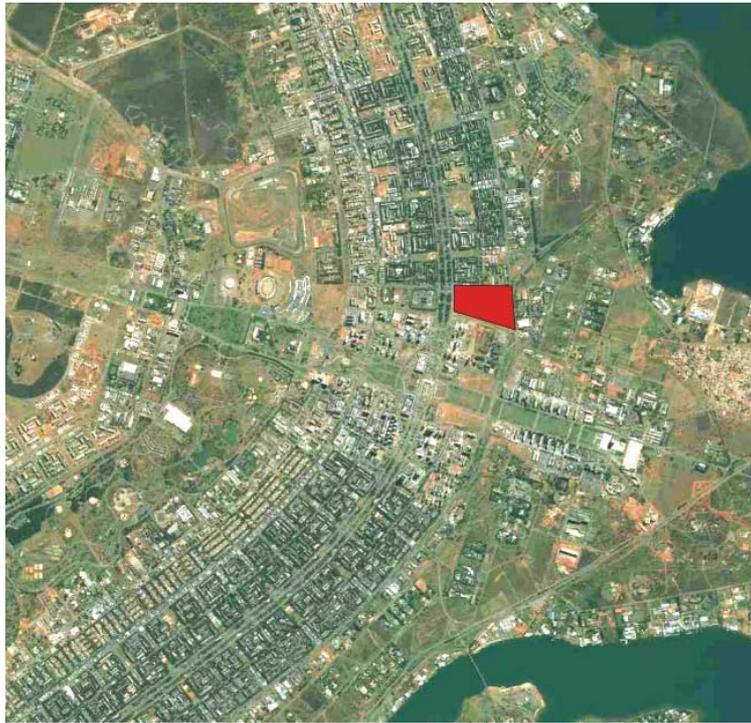


Figura 3 – Localização do Setor de Autarquias Norte no Plano Piloto de Brasília

A **primeira etapa** objetiva a “descrição crítica de uma área com características semelhantes à área que será objeto de projeto; abordagem de todos os aspectos de desempenho”. Os alunos são introduzidos ao conceito de arquitetura como variável independente e apresentados à literatura básica que define cada um dos tipos de desempenho de uma área urbana, nos termos colocados na seção anterior. Essa etapa analítica, ainda não projetual, ajuda-os a: 1) familiarizarem-se com a terminologia a utilizar na disciplina; 2) iniciar o conhecimento mais aprofundado de áreas centrais de cidades, de maneira ampla; 3) examinar mais especificamente o centro de Brasília, onde está a área onde vão realizar um projeto urbano. Os *problemas* identificados são *por aspecto*. Sua apresentação é feita por meio de textos e croquis ilustrativos (Figs. 04, 05 e 06).



Figura 4 – Vista geral do Setor de Autarquias Sul, tomado para análise



Figura 5 – Fotos ilustram as barreiras ao movimento de pedestres na área tomada para análise (Setor de Autarquias Sul)



Figura 6 – Fotos ilustram a pobreza dos efeitos das sequências visuais na área tomada para análise (Setor de Autarquias Sul)

No começo a turma se mostra heterogênea, uma vez que parte dos estudantes nunca se deparou com o método e parte já o fez na disciplina de urbanismo anterior (a utilização do método depende do professor que conduz a disciplina, não é uma opção oficial da escola). Ao final da primeira etapa há uma certa uniformização da turma, ainda que o trabalho de algumas equipes deixe a desejar, muitas vezes por falta de leitura e referencial teórico. Percebe-se, especialmente nos que tomam conhecimento do método neste momento, uma maior facilidade em se analisar os aspectos funcionais, bioclimáticos e econômicos.

A **segunda etapa**, propositiva, objetiva a concepção do risco preliminar para o novo bairro. Os alunos devem definir os atributos essenciais do projeto, considerando todos os aspectos de desempenho. Baseiam-se na análise crítica feita na etapa anterior e devem, em texto reflexivo, explicitar os valores éticos e estéticos do partido adotado. Aulas expositivas e bibliografia são organizadas/produzidas exclusivamente para a turma em aspectos onde se percebeu menor domínio.

Percebe-se a dificuldade de algumas equipes, mesmo aquelas que tiveram certa facilidade na primeira etapa, em graficar propostas coerentes com as posturas críticas adotadas na etapa anterior. Algumas razões para isso são: 1) as discussões entre as equipes concentram-se em grande medida nos aspectos funcionais – atividades, fluxos etc. – em detrimento de outros aspectos do partido; 2) a falta de prática em explicitar/criticar as próprias decisões de projeto e suas possíveis conseqüências nos diferentes aspectos; 3) o fato de serem poucos os momentos do curso em que ao estudante é exigido projeto de desenho urbano; 4) a falta de repertório decorrente da falta de

vivência – muitos estudantes não possuem ou não registram outras experiências urbanas que não a de Brasília – reforçada pelo paradigma do Movimento Moderno ainda ser muito presente na escola.

Só ao fim da segunda etapa a turma está familiarizada com o método a ponto de poder olhar criticamente para sua própria proposta e refazê-la em outras bases. Observa-se a incorporação do vocabulário e maior facilidade em proceder à separação dos desempenhos por aspectos (não simplesmente dizer que o projeto é bom, mas dizer para *que* aspecto e em *que* medida é bom – Figs. 07, 08 e 09).

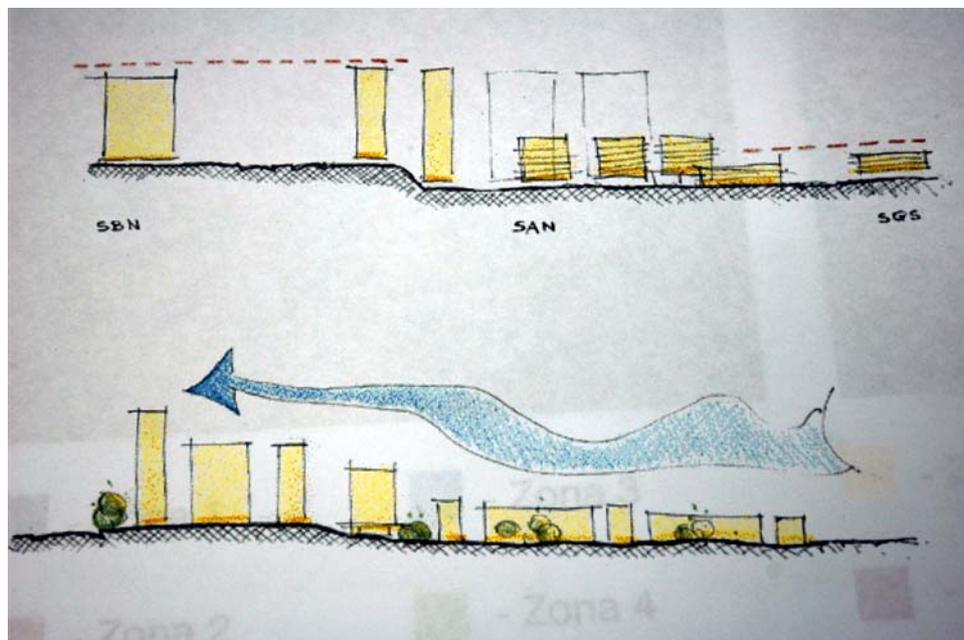


Figura 7. Croquis que explicam os cheios em função de aspectos de imagem e bioclimáticos



Figura 8 - Croquis ilustram a adaptação ao relevo

Na **terceira etapa**, as equipes desenvolvem a primeira fase do anteprojeto para o bairro, e fundamentam a proposta dando ênfase em aspectos funcionais, co-presenciais e topoceptivos. Neste ponto, ante às deficiências da etapa anterior, faz-se necessária a divulgação de experiências arquitetônicas e urbanísticas, por meio de bibliografia e aulas expositivas. Percebe-se uma busca maior por repertório e um resultado bem mais satisfatório de maneira geral. Os questionamentos gerados, a fundamentação das propostas e decisões projetuais denotam bom embasamento teórico.



Figura 9 Croquis ilustram tipos de espaços públicos

A **quarta etapa** diz respeito à segunda fase do anteprojeto, onde problemas detectados na etapa anterior devem ser sanados, maior aprofundamento é exigido e a fundamentação deve enfatizar os aspectos bioclimáticos, afetivos, simbólicos e estéticos. Observa-se falta de conhecimento para embasar mais rigorosa definição de edifícios e lugares, compreensível pela pouca experiência com projetos de urbanismo e especialmente pela pouca variedade de tipos edilícios existentes em Brasília. Ao final da etapa cada um dos membros da equipe deve escolher uma fração da proposta para realizar um maior detalhamento.

Na **quinta e última etapa**, de trabalho individual, ocorre o “desenvolvimento de uma fração central do bairro, onde se concentrem equipamentos de uso coletivo”. Nela devem comparecer detalhes de vias e calçadas, elementos de vegetação e tratamento do piso, iluminação pública, semaforização etc.

Ao final de cada etapa apresentam-se os trabalhos para toda a turma, seguidos de comentários dos demais colegas e dos professores. São muito utilizados croquis, maquetes volumétricas e modelos digitais 3D, evitando-se a prática comum do trabalho desenvolvido em planta baixa, um dos sintomas da resposta do projeto mais que tudo aos aspectos funcionais.

## Conclusão

A experiência pedagógica está em andamento; faltam elementos para uma avaliação conclusiva. Todavia, as etapas realizadas, assim como experiências pedagógicas parecidas em semestres anteriores, permitem algumas conclusões parciais.

Estudar arquitetura em Brasília implica interessantes paradoxos. Por um lado, os estudantes têm por referência a vida cotidiana na cidade, talvez, sem ufanismo, a mais importante realização urbanística do século XX; por outro lado, a força do espaço da Capital implica a tendência de excluir da reflexão tipos distintos de organização espacial urbana: Brasília intimida o estudante de arquitetura. Contudo, trata-se de riquíssimo “laboratório”.

A metrópole brasiliense não se esgota no Plano Piloto: embora a parte emblemática da Capital e abrangendo cerca de 70% dos empregos formais da cidade, o “Plano”, como é comumente referido, conta com menos de 10% dos habitantes. Os demais moram em um “mosaico” de tipos morfológicos que varia entre 1) assentamentos vernaculares preexistentes a Brasília (Planaltina e Brazlândia); 2) remanescentes de antigos acampamentos de obras (Vila Planalto, Vila Metropolitana, Candangolândia etc.); 3) o modernismo periférico empobrecido das cidades satélites (Taguatinga, Guará etc.); 4) enclaves urbanos no Plano Piloto e bairros “pós-modernos” (Setor Comercial Nor-

te, Bairro Sudoeste etc.); 5) condomínios fechados para diversos estratos de renda em diversas localizações do Distrito Federal<sup>21</sup>.

O “mosaico” permite mitigar a importância do Plano como referência exclusiva para o projeto. Por um lado, nada melhor do que a Esplanada dos Ministérios a ilustrar atributos positivos de desenho de macro-elementos estruturadores da cidade. Por outro, os demais tipos mórficos facultam, por contraste, a identificação de problemas de configuração típicos do urbanismo moderno. Entre eles, talvez o fundamental: *a predominância do espaço infinito em detrimento da configuração do lugar, em toda e qualquer parte da cidade*. Pela comparação entre o Plano e, por exemplo, o assentamento vernacular, hoje “cidade satélite”, de Planaltina (século XIX), e mediante vasto material histórico ilustrativo apresentado pelos professores, os alunos constatarem que a *boa forma urbana* pode (e deve) implicar também outros princípios de desenho. Por exemplo, a *coesão espacial*, como bem ensinou Sitte mais de um século atrás, é um desses preciosos princípios – *artísticos*, como o autor os qualificava. Coesão espacial implica a definição do lugar por meio da contigüidade dos edifícios: Sitte mostrou como as mais belas praças do passado lidam sabiamente com ângulos diversos de ruas incidentes (entre outros atributos), que favorecem a definição do lugar.

Nas cidades bem sucedidas, quando há edifícios soltos, estes são a exceção a acentuar seu caráter geralmente simbólico, não a regra. Quando o espaço infinito – o que flui por entre edifícios isolados – transforma-se na regra para toda a cidade, como em Brasília, a estratégia banalizada implica a perda de qualidade dos espaços monumentais pela ausência (ou no mínimo pela mitigação) do contraste entre o *sagrado* e o *profano*, entre a *formalidade* e a *urbanidade*<sup>22</sup>. Não *em detrimento*, mas *em respeito* à escala monumental da cidade, os alunos optam, numa área como o Setor de Autarquias Norte, objeto de projeto neste semestre, por outros princípios de desenho. Todas as equipes trabalham partidos que exploram a definição clara do lugar – não a “praga” do espaço infinito modernista. É interessante notar como os partidos são variados, embora com muitos princípios de desenho comuns (Figs. 10 e 11).



Figura 10 - Modelo reduzido de proposta para o Setor de Autarquias Norte (ante-projeto fase1)

Todavia, as considerações para o projeto ultrapassam os aspectos referidos acima. Por questão de espaço, referimos apenas alguns deles: 1) as atividades não caracterizam uso especializado do bairro mas implicam intensa e variada ocupação do espaço público na maior parte do dia e também nos fins de semana; ao contrário dos demais setores centrais de Brasília, incluem habitação para suprir uma demanda por tipos de espaços domésticos inexistentes nas superquadras residenciais; 2) seqüências espaciais procuram efeitos que estimulem a visão, favorecendo o sen-

<sup>21</sup> KOHLSDORF, Maria Elaine, KOHLSDORF, Gunter, HOLANDA, Frederico de. *Brasília: Permanências e Metamorfoses*. 2003. (mimeo, texto a compor coletânea sobre desenho urbano no Brasil, em organização por Vicente Del Rio, a ser publicado nos EEUU).

<sup>22</sup> Para discussão mais desenvolvida dos conceitos ver Holanda, 2002, *op. cit.*

tido de orientação; 3) relações entre cheios e vazios são mobilizadas para se alcançar uma identidade própria ao lugar; 4) espaços “cegos”, para os quais nenhuma porta se abre (muito comuns no urbanismo moderno), são evitados, o que favorece a apropriação dos espaços públicos; 5) a massa construída é porosa, a permitir satisfatório conforto higrotérmico; 6) cheios e vazios implicam relações de nivelamento/dominância, simplicidade/complexidade, semelhança/diferença que qualificam o lugar como obra de arte etc.

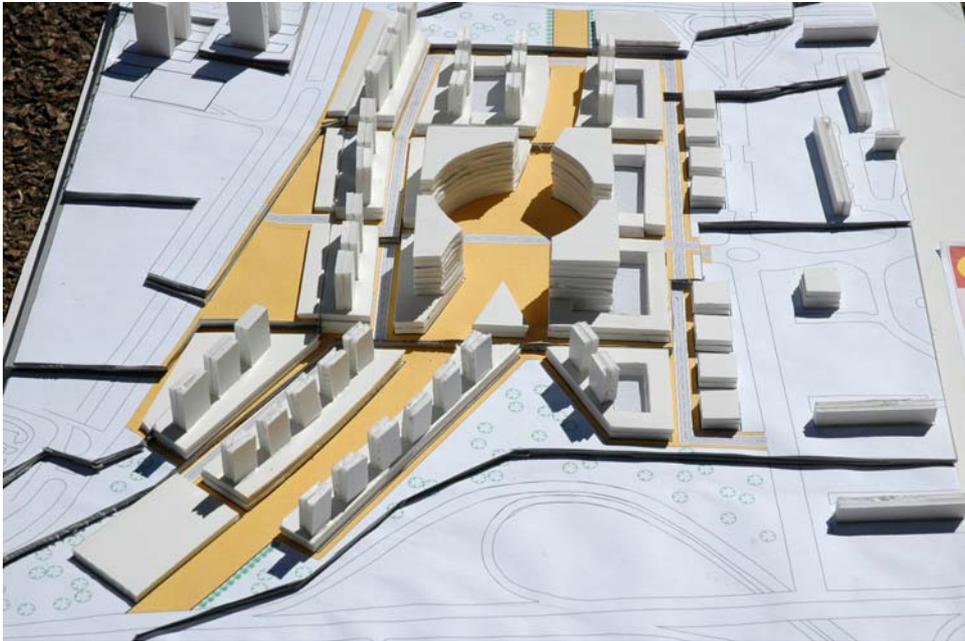


Figura 11 - Modelo reduzido de outra proposta para o Setor de Autarquias Norte (ante-projeto fase 1)

Os projetos dos estudantes sugerem, talvez, um novo paradigma de projeto – superam o urbanismo moderno no que ele tem de problemático, resgatam do passado as mais belas lições. Qual o rótulo para o novo paradigma? Não sabemos e não nos interessam ociosas discussões taxonômicas. Intuímos apenas que o caminho indica uma cidade melhor, socialmente mais justa, menos agressiva ao meio ambiente e mais bonita.

## Bibliografia

- ALEXANDER, Christopher. *Comunidad y privacidad*. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1970
- ANDERSON, S (ed). *On Streets*. Cambridge: MIT Press, 1978.
- CASTEX, J et al. *Formes urbaines: de l'ilôt à la barre*. Paris: Dunod, 1977.
- HAYS, K. Michael (ed.). *Architecture Theory since 1968*. Cambridge: The MIT Press, 2000.
- HILLIER, Bill. "In defense of space". *RIBAJ*, nov 1973, pp 539-44.
- HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003.
- HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- KOHLSDORF, Maria E. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- KOHLSDORF, Maria Elaine, KOHLSDORF, Gunter, HOLANDA, Frederico de. *Brasília: Permanências e Metamorfoses*. 2003. (mimeo, texto a compor coletânea sobre desenho urbano no Brasil, em organização por Vicente Del Rio, a ser publicado nos EEUU).
- LE CORBUSIER. *Por uma Arquitetura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977
- NEWMAN, Oscar. *Defensible space*. New York: Architectural Press, 1973.